

RESENHA

## Ngũgĩ wa Thiong’o entre memória, história e literatura

WA THIONG’O, Ngũgĩ. *Sonhos em tempo de guerra*: memórias de infância. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.

Daniel De Lucca\*

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, BA, Brasil*

Internacionalmente reconhecido por seu trabalho literário, dramático e de crítica intelectual, Ngũgĩ wa Thiong’o chegou a ser um dos favoritos indicados ao prêmio Nobel de literatura no ano de 2016. Contudo, sua obra permanece sendo ignorada por grande parte do público brasileiro. *Sonhos em tempo de guerra*, publicado pela Biblioteca Azul, junto com o premiado romance *Grão de trigo*, publicado pela Alfaguara, são, por enquanto, as duas únicas obras do autor traduzidas em nosso país. Ambos livros retratam eventos históricos importantes do Quênia, vinculados à emergência da rebelião Mau Mau que levou o país à independência em 1963. Mas, diferentemente de *Grão de trigo*, o livro *Sonhos em tempos de guerra* não constitui um romance, mas se apresenta com o subtítulo de *memórias de infância*. Trata-se, portanto, de um registro de fragmentos da história do Quênia sob a perspectiva intimista das lembranças pessoais do autor.

Profundamente auto-reflexivo e questionador, o próprio relato levanta perguntas sobre o funcionamento da memória que, como o subtítulo anuncia, constitui a base do próprio trabalho. “Mas por que alguém se recorda vividamente de alguns eventos e personagens enquanto outros não? Como a mente é capaz de selecionar aquilo que se sedimenta fundo na memória e aquilo que ela permite flutuar na superfície?” (WA THIONG’O, 2015a, p. 69). Estas incertezas, e outras, sobre a memória e a escrita do próprio passado, tornam o trabalho ainda mais instigante. Assim, é um livro, ao mesmo tempo, forte e delicado, que apresenta os anos iniciais da vida de Ngũgĩ wa Thiong’o, sua educação familiar, religiosa e escolar, focando sobretudo nos espaços primários e de sociabilidade básica que o formaram. Há um provérbio africano que diz “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. A obra que temos em mãos revela como a formação inicial

---

\* Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: [dandelucca@unilab.edu.br](mailto:dandelucca@unilab.edu.br)  
<http://orcid.org/0000-0001-7803-4276>

deste gigante intelectual teve como base não uma aldeia comum, mas um povoado que vivia sob a rígida ocupação colonial britânica. Quando criança o pequeno Ngũgĩ vivenciou um universo bastante estendido, marcado pela guerra genocida, travada em África e alhures, com a presença de estrangeiros em sua comunidade, um intenso fluxo de ideias novas e a constante referência a personagens e a lugares distantes. O livro trata, portanto, de uma educação sentimental atravessada por circulações ampliadas, na qual as relações de poder e conhecimento transbordaram, e muito, as dinâmicas locais da “aldeia”.

Ngũgĩ wa Thiong’o nasceu em 1938 e cresceu na aldeia de Limuru, no interior rural do Quênia colonial. Foi o quinto filho da terceira esposa de seu pai, Thiong’o wa Ndũcũ, o patriarca de uma extensa família do grupo étnico Gĩkũyũ, com quatro esposas e vinte e quatro filhos. Esta intrincada rede de parentesco, solo primário onde o narrador se faz, é toda ela enredada pela violência colonial. A história de sua família movimenta-se junto com a própria história do imperialismo naquelas paragens da África oriental: a ocupação inglesa das terras africanas, as expulsões em massa dos habitantes, as represálias indiscriminadas, o racismo obsessivo, o trabalho quase-escravo, a formação de campos de concentração e outras técnicas de controle dos “insubmissos”.

Ngũgĩ veio ao mundo no período entre as duas Guerras Mundiais, na “era da catástrofe” (HOBSBAWM, 1995), um dos momentos mais violentos do século XX. No apogeu das rivalidades entre as potências europeias, como diz o autor, “quando a mãe-pátria tossia o bebê-colonial contra a gripe generalizada”. Na Grande Guerra, nas tensões entre Alemanha e Inglaterra, “Tanganika e Quênia lutaram do lado de suas mães, e por conseguinte, um contra o outro”. Mas, em combate, soldados africanos morreram “fora de proporção em relação aos soldados europeus”. Africanos travavam uma guerra de cujas origens e causas desconheciam e, por isso, evitavam a convocação. Seu pai conseguiu escapar, pois toda vez “que sabia que estava sendo levado a um exame médico, mastigava folhas de determinada planta que aumentava a temperatura a um nível alarmante” (WA THIONG’O, 2015a, p. 22).

Na Segunda Guerra Mundial, Kabae, meio-irmão de Ngũgĩ, serviu como braço armado da coroa britânica. Ao fim do conflito mundial, enquanto Kabae retorna e busca se manter da forma que pode, sem auxílio público, ex-soldados brancos adquirem títulos de novas terras africanas, em prejuízo dos habitantes originais, que são expulsos e desalojados. O próprio patriarca da família, Thiong’o wa Ndũcũ, acaba por perder suas terras numa disputa com um africano educado nas missões europeias. Posteriormente o pai de Ngũgĩ também perde todo seu rebanho, o maior da região, devido a uma doença que ataca os animais, e, com isso, começa a beber com frequência. Os problemas aumentam e sua terceira esposa o abandona, fazendo com que o patriarca expulse os filhos desta. Assim, ainda criança, o autor e seus irmãos, deixam a casa do pai e provam a amarga experiência do desterro e da despossessão.

O surgimento do movimento Mau Mau entre os Gĩkũyũ é um evento crítico na história do Quênia e que também envolve a infância do narrador. O significado do nome dado ao movimento não é certo, podendo referir-se, segundo alguns, a *Mzungo Aende Ulaya, Mwafrika Apate Uhuru*, ou seja, “pessoas brancas, voltem para sua terra, deixem o africano ser livre” (ANDERSON, 2005; KERSHAW, 1997). Como resposta à revolta anti-colonial manifesta pelo movimento, em 1952, o governo britânico decreta “estado de emergência”. Uma nova onda de terror advém: africanos perdem ainda mais seus direitos, a perseguição intensifica-se e execuções têm lugar. “Veículos militares, batidas, triagens, sirenes do posto de Guarda Nacional, os sons das metralhadoras, tudo aquilo começava a se tornar parte da vida cotidiana” (WA THIONG’O, 2015a, p. 202). Ngũgĩ

chega a ser “enquadrado” pelas forças repressivas ao sair de um culto, é agredido, mas liberto. Nestas situações, seu meio-irmão, Gitogo, contudo, não tem tanta sorte. Uma batida policial o faz fugir, só que, por ser surdo, não ouve a ordem de parar e morre baleado nas costas.

O autor nos narra, então, como o conflito liberacionista não apenas atingiu sua família, mas a dividiu ao meio. Kabae, anteriormente convocado para lutar na Segunda Guerra Mundial, após o conflito torna-se um representante do rei, um pequeno burocrata do império. Já seu querido irmão mais velho, Wallace, passa a integrar o movimento Mau Mau, para a insegurança da família e o discreto orgulho do menino Ngūgĩ wa Thiong’o. Cindidas entre as partes beligerantes, as lealdades familiares acabam por dar vida ao ditado Gĩkũyũ: “do mesmo útero saem o matador e o curandeiro”. Na preparação para os exames que poderiam garantir ao jovem Ngūgĩ uma vaga na escola da elite, Wallace, que se encontrava foragido nas montanhas com os guerrilheiros nacionalistas, reaparece numa visita arriscada e deixa uma mensagem: “o conhecimento é nossa luz”. Também Kabae vai ter com Ngūgĩ e diz-lhe “a caneta é sua arma”. Observa o autor que “o guerrilheiro e o soldado do rei vieram dizer palavras quase idênticas para mim” (WA THIONG’O, 2015a, p. 216).

O retrato da educação colonial é uma das imagens mais fortes do livro. Para além da precariedade, da escassez de instituições e de materiais de ensino, chama atenção a função de aparato de poder e violência que as escolas assumem no período. A segregação racial existente no sistema de ensino, com instituições específicas para europeus, asiáticos e africanos (além da própria exclusão escolar feminina, pouco comentada na obra), associa-se então com o próprio conteúdo daquilo que é ensinado. Livros didáticos e conhecimentos eurocêntricos acabam, então, por reforçar o próprio racismo e a narrativa do “fardo do homem branco” instituída. Ngūgĩ conta que, à sua época, a construção de uma educação alternativa estava em curso, valorizando professores africanos e saberes de África, mobilizando, para isso, a discussão sobre reis africanos, conhecimentos e questões locais, além de técnicas de canto e drama – práticas estas que tiveram impacto profundo na formação do intelectual-artista. Contudo, com a repressão veio também a interdição às escolas alternativas e o modelo africano de ensino é abandonado. Aprende-se então “que os brancos haviam descoberto o Monte Quênia e muitos dos nosso lagos, incluindo o Vitória. Na escola antiga, o Quênia era um país de negros. Na nova escola, o Quênia, assim como a África do Sul, era apresentado como um país esparsamente povoado até a chegada dos brancos, que então ocuparam as áreas desabitadas” (2015a, p. 163). Deste modo, a escola colonial manifesta-se como um espaço propício para a humilhação dos professores africanos e o rebaixamento de seus saberes. Também um ambiente de agressão física aos estudantes que cometiam “erros” ou se manifestavam em gĩkũyũ e não em inglês. “Eu vi professores derramando sangue de alunos” (WA THIONG’O, 2015a, p. 171). O uso da vara aparecia, então, como técnica disciplinadora e incisiva na domesticação dos corpos e das mentes dos meninos.

Quando criança o autor atravessou fortes provocações, rituais de passagens que foram definidores de sua vida. A entrada na escola e as mudanças que ela propôs constituem algumas destas atribuladas passagens. Mas, existem outras. Suas aulas de religião e seu batizado o transformam em James Ngūgĩ, nome cristão pelo qual assinará as primeiras obras de jornalismo e ficção até 1996, quando volta a usar o nome anterior. Já o rito de circuncisão, marcando a mudança de seu “grupo etário”, constitui um capítulo a parte. A descrição detalhada do cerimonial entre os Gĩkũyũ, com suas três fases (separação, execução e agregação pós-rito), ecoa nas etnografias clássicas da África Subsaariana, desde os influentes escritos de Van Genep (1978 [1909]) e Henri Junod (1996 [1913]), até Mary Douglas (1966) e Victor Turner (1974 [1969]). Uma importante diferença é que, aqui, o

significado do ritual não é abordado do ponto de vista de um curioso antropólogo europeu, mas, sim, a partir da perspectiva do iniciado africano que o experimenta na pele e, com ele, pode deixar a infância e ascender socialmente. A circuncisão assume, então, uma dimensão, ao mesmo tempo, pessoal e coletiva – à medida que diz respeito ao deslocamento da posição de Ngũgĩ na estrutura dos grupos etários – e também física e simbólica – na medida em que implica na intervenção corporal do neófito como técnica de transformação de sua subjetividade. Ngũgĩ, que permanece valorizando o aprendizado pelos livros, aproxima o rito de circuncisão com a prática do ensino: “saio desta experiência ainda mais convencido de que, na nossa época, educação e aprendizado, e não uma marca na carne, representam o caminho de se dar poder a homens e mulheres” (WA THIONG'O, 2015a, p. 195).

Uma leitura mais detida sugere que o livro constitui não apenas uma referência na história e literatura do Quênia, mas se trata de um trabalho que aponta também para instigantes reflexões no campo da educação e da psicologia africana. Para o leitor interessado na produção crítica do autor, as memórias sobre sua educação contextualizam e fornecem elementos importantes para a melhor compreensão de outros trabalhos seus que abordaram temas críticos, como o poder da tecnologia escrita e o imperialismo linguístico e cultural. Algo que pode ser visto, por exemplo, em *Decolonising the Mind: the Politics of Language in African Literature*, livro publicado no ano de 1986, período em que o autor se encontrava no exílio e sua obra era censurada pelo regime do Quênia. Este livro, ainda hoje não traduzido para o português, tornou o autor internacionalmente célebre, pois ali desafiou os artistas africanos e os intelectuais pós-coloniais a escreverem em seus próprios idiomas e não no dos colonizadores. Ngũgĩ identifica a presença da língua europeia em África como um arma de destruição cultural que, mesmo no período pós-colonial, continua a aniquilar a crença dos povos na eficácia de suas próprias histórias, conceitos, nomes e identidades. Contra a “alienação colonial” Ngũgĩ propõe então uma “descolonização das mentes”, considerando a linguagem como um campo privilegiado de resistência e luta política. O próprio autor foi muito criticado, dentro e fora do Quênia, pelo caráter revolucionário de suas ideias e por escrever romances e peças em sua língua materna, o gĩkũyũ. *Decolonising the Mind* é uma obra hoje considerada clássica e nela Ngũgĩ wa Thiong'o associa diretamente o processo de colonização à educação e lembra que “por trás do canhão estava a nova escola”, instituição mais poderosa e tirana, pois “tornou a conquista permanente. O canhão força o corpo e a escola fascina a alma” (WA THIONG'O, 1986, p. 9). Frantz Fanon faleceu apenas três anos antes de Ngũgĩ wa Thiong'o conseguir publicar seu primeiro livro e é inegável a influência das ideias daquele autor neste último.

Mas, diferentemente de *Decolonising the Mind*, *Sonhos em tempo de guerra* não é uma obra teórica nem de crítica intelectual. Trata-se de um texto memorialístico, de fato um amálgama entre história e literatura. Ali há pesquisa histórica, como se pode ler nos agradecimentos finais, mas também há carpintaria poética, evidenciada no belo e preciso lapidar das palavras. Não obstante, o livro não abandona o gênio crítico, sobretudo no próprio tipo de olhar voltado à sociedade colonial que forjou o narrador. Entretanto, não é um exame feito de fora. A reflexão auto-biográfica, tão próxima do autor, é medida a partir da distância dos anos e do amadurecimento intelectual. As contradições vividas, a violência empregada, seus efeitos desiguais, a injustiça estrutural, tudo isso é descrito em detalhe, de modo a não só revelar os paradoxos do poder colonial, mas também aqueles descompassos existentes entre os próprios colonizados, africanas e africanos, de filiações políticas, escolaridades, gerações e estratificações distintas. Com isso, o caráter crítico do livro encontra-se em sua própria linguagem, na estratégia textual utilizada para abordar os distintos

eventos retratados. Não por acaso, o conflito liberacionista em curso e as prisões arbitrárias dos líderes nacionalistas são associados às iniquidades e dificuldades pela qual ele, quando pequeno, e seus próximos passaram. Daí, Ngũgĩ wa Thiong’o diz tirar uma lição: “a razão e a justiça podem dar poder aos fracos” (WA THIONG’O, 2015a, p. 166).

No campo dos estudos históricos, a memória e a literatura ganham especial destaque nas abordagens mais atentas à vida cotidiana, à subjetividade dos atores e ao ponto de vista particular como forma de entendimento de processos históricos. Algo que pode ser observado em várias pesquisas, sobretudo naquelas vinculadas às tradições intelectuais da micro-história, da história oral, da etno-história e da história cultural. Nos contextos pós-coloniais africanos, muito da historiografia produzida localmente tem se envolvido em disputas pelas narrativas da memória nacional, manifesta também por meio dos escritos dos velhos combatentes da guerra de libertação, ou assim designados, que passam a publicar suas próprias versões dos acontecimentos através de biografias, autobiografias, diários, testemunhos e relatos de vida.

Para ficar na região da África Índica, em Moçambique, por exemplo, esta “constelação de escritas de si” tem apontado insistentemente para a questão da construção da nacionalidade e da formação do Estado-nação, e pode, além disso, evidenciar problemas outros, desafios persistentes e estruturais, de ordem social, política e econômica (CRUZ E SILVA, 2015). Muitas vezes, tais trabalhos possuem pouco valor literário em si e o questionamento destas narrativas vivenciais não é de todo incomum - um questionamento que pode se originar tanto das informações contraditórias que apresentam quanto da própria perspectiva adotada, oposta à historiografia oficial e ao cânon nacional. Seja como for, esta maior aproximação com a literatura, a oralidade popular e outras narrativas subalternas, constitui um vasto e instigante campo de investigação histórico a ser empreendido, além sugerir caminhos inovadores para se escapar das narrativas politicamente centradas na nação e seus heróis (COELHO, 2015; GALLO, 2017; LARANJEIRA, 2018).

De fato, uma das maiores belezas de *Sonhos em tempo de guerra* é que ele bagunça as fronteiras entre memória, história e literatura. Fronteiras estas erguidas pela modernidade europeia, lembremos. Neste sentido, o autor queniano desloca o problema, primordialmente ocidental, da divisão entre fato e ficção, realidade e imaginação. É uma obra, portanto, que traz questões epistemológicas profundas. Ela revela um mundo em formação e transformação, onde o conhecimento é sobretudo moldado pela literatura oral, pelo canto, pelos gestos, pela comunicação afetiva e pelas reuniões de contação de histórias ao redor de fogueiras. Não por acaso, as memórias de Ngũgĩ wa Thiong’o destacam a importância decisiva das histórias, do ato de contá-las e também do ofício de seus contadores. Daí seu título. A obra navega nas fantasias de uma criança numa terra em turbulência. É um elogio à capacidade de sonhar em vigília. Definitivamente uma ode ao encanto e ao poder libertador das histórias, principalmente nos tempos mais sombrios.

## Referências

ANDERSON, David. *Histories of the Hanged: the dirty war in Kenya and the end of Empire*. New York: W. W. Norton & Company, 2005.

COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 106, p. 153-166, maio 2015.

CRUZ E SILVA, Teresa. Memória, história e narrativa: os desafios da escrita biográfica no contexto da luta nacionalista em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 106, p. 133-152, maio 2015.

- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Ed. 70, 1966.
- GALLO, Fernanda. Literatura, memória e narrativa histórica em Moçambique. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 31, p. 249-266, jun. 2017.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- JUNOD, Henri-Alexandre. *Usos e Costumes dos Bantu*. t. I e II. Maputo: Editora do Arquivo Histórico de Moçambique, 1996 [1913].
- KERSHAW, Greet. *Mau Mau from Below*. Oxford: James Currey, 1997.
- LARANJEIRA, Lia Dias. *Mashinamu na Uhuru: arte makonde e história política de Moçambique (1950-1974)*. São Paulo; Maputo: Intermeios; Kapicua, 2018.
- TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1974 [1969].
- VAN GENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978 [1909].
- WA THIONG'O, Ngũgĩ. *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*. Nairobi: Third World Publications, 1986.
- WA THIONG'O, Ngũgĩ. *Sonhos em tempo de guerra: memórias de infância*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015a.
- WA THIONG'O, Ngũgĩ. *Um grão de trigo*. São Paulo: Alfaguara, 2015a.

**Data de recebimento:** 06/10/2018

**Data de aprovação:** 10/02/2019